

Concurso Público – Edital CIASC – Edital 001/2017

Abre inscrições e define normas do Concurso Público para provimento de vagas de empregos públicos e formação de Cadastro Reserva no quadro ocupacional do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC.

O Senhor **Ivan Cesar Ranzolin**, Presidente do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas, no período das **12h do dia 10 de agosto de 2017, às 16h do dia 11 de setembro de 2017**, as inscrições do Concurso Público destinado a prover vagas de empregos públicos e formação de Cadastro Reserva no quadro ocupacional do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e alterações e será executado pela **Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE**, localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade, Florianópolis-SC. Endereço eletrônico: <http://ciasc.fepese.org.br/> e endereço de e-mail: ciasc@fepese.org.br.
- 1.2.** Os candidatos aprovados e nomeados ficarão vinculados ao Regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
- 1.3.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público tais como se encontram estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 1.4.** Documentos e requerimentos relacionados ao presente Edital e suas alterações poderão ser entregues, salvo expressa determinação do Edital, pessoalmente, por procurador no posto de atendimento aos candidatos abaixo indicado:

Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)

Campus Universitário Professor João David Ferreira Lima Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Trindade • Florianópolis, SC.

Horário de funcionamento: Nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

- 1.5.** No mesmo local estarão ao dispor dos interessados cópia do presente edital, equipamentos e pessoal para orientar a sua inscrição.
- 1.6.** Os documentos e requerimentos relacionados ao presente Edital e suas alterações também poderão ser enviados, salvo expressa determinação do Edital, via postal, preferencialmente pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX, unicamente para o endereço abaixo:

Endereço para remessa postal de documentos:

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS (FEPESE)

Concurso CIASC

Campus Universitário Professor João David Ferreira Lima Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Caixa Postal: 5067.

88040-970 • Trindade • Florianópolis, SC.

- 1.7.** Os documentos enviados via postal devem ser postados com a devida antecedência para que sejam entregues nas datas e horários determinados pelo Edital, findos os quais não serão aceitos.

- 1.8.** Os documentos entregues, por qualquer meio, não serão devolvidos e não poderão ser substituídos ou complementados.
- 1.9.** As provas do presente Concurso Público serão aplicadas nas cidades de Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages.

2 DAS VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE E REGISTRO PROFISSIONAL, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

- 2.1** Os cargos/ Função, exigências para contratação e número de vagas estão indicados no quadro que se apresenta a seguir.

Cargo	Função	Vagas	Vencimento básico	Exigências para contratação
Técnico de Nível Superior	Administrador	01	R\$ 4.077,57	Curso superior em Administração (bacharelado) com registro no Conselho Regional de Administração.
	Contador	02	R\$ 4.077,57	Curso superior em Ciências Contábeis (bacharelado) com registro no Conselho Regional de Contabilidade.
	Advogado	01	R\$ 6.681,53	Curso superior Completo em Direito ou Ciências Jurídicas e Sociais (bacharelado), com registro na Ordem dos Advogados do Brasil.
	Analista de Informática e Suporte	09	R\$ 6.681,53	Curso superior de Tecnologia da Informação. Engenharia de Computação; Ciências da Computação; Sistemas de Informações; Tecnologia de Informação e Comunicação; Engenharia Elétrica; Engenharia de Telecomunicações.
	Analista de Sistemas (Desenvolvedor)	19	R\$ 6.681,53	Curso superior de Tecnologia da Informação. Engenharia de Computação, Ciência da Computação, Informática, Sistemas de Informação.

2.2 Carga horária: A carga horária semanal de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

2.3 Lotação: Florianópolis, SC.

2.4 Atribuições:

2.4.1 Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Administrador

Planejar, organizar, coordenar e executar os serviços técnico-administrativos, a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, relações públicas e industriais e outros. Pesquisar e aplicar princípios e teorias de Administração para formular soluções a trabalhos relacionados com o campo da Administração Geral. Organizar e analisar métodos e programas de trabalho. Prestar assessoramento às áreas cujas atribuições envolvam principalmente a aplicação de conhecimentos inerentes à Administração. Avaliar, estabelecer ou alterar propostas de práticas administrativas. Estudar e propor métodos e rotinas de simplificação e racionalização dos serviços e respectivos planos de aplicação, utilizando de ferramentas próprias para operacionalizar e agilizar os referidos serviços. Acompanhar o desenvolvimento da estrutura administrativa da empresa, verificando o funcionamento de suas áreas segundo regimentos e regulamentos vigentes. Dar treinamento na sua área de atuação. Realizar outras atividades correlatas.

2.4.2 Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Advogado

Representar a empresa e/ou seus prepostos, por mandato, em juízo ou fora dele, nas ações em que estes forem autores, réus ou interessados, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo à audiência e outros atos, para defender direitos ou interesses. Estudar a matérias jurídicas e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos para adequar os fatos à legislação aplicável. Complementar ou apurar informações levantadas, inquirindo o cliente, as testemunhas e outras pessoas e tomando outras medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação. Preparar as defesas ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-la em juízo. Acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento através de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio. Representar a parte de que é mandatário em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável. Redigir ou elaborar documentos, pareceres jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, trabalhista, comercial, tributária, penal ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-las na defesa de seus clientes. Orientar a empresa, seus diretores e seus empregados com relação a direitos e obrigações legais. Ministrando treinamento nas áreas de conhecimento que lhe são afetas. Realizar outras atividades correlatas.

2.4.3 Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Contador

Desenvolver tarefas relacionadas com as técnicas de contabilidade e auditoria. Organizar dirigir e realizar os serviços de contabilidade, orçamento e custos. Proceder à análise contábil orçamentária e de custos. Planejar e executar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e exigências legais. Executar o trabalho de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento para assegurar a observância do plano de contas adotado e a qualidade da informação. Conhecer e acompanhar as legislações tributárias, municipal, estadual e federal e societárias. Controlar e acompanhar a escrituração dos livros comerciais e fiscais. Proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza para apropriar custos de bens e serviços. Proceder ou supervisionar os cálculos de avaliação de ativos e taxas e métodos de depreciação, para assegurar a correta aplicação das normas de contabilidade e disposições legais pertinentes. Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, apresentando resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa. Preparar e encaminhar as obrigações tributárias acessórias aos órgãos arrecadadores. Assessorar a direção da empresa em temas financeiros, contábeis, administrativos, orçamentários e custos. Realizar trabalhos de Auditoria Contábil e administrativa. Realizar perícias e verificações judiciais ou extrajudiciais. Dar treinamento nas áreas de conhecimento que lhe são afetas. Realizar outras atividades correlatas.

2.4.4 Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Analista de Informática e Suporte

Desenvolvimento de trabalhos voltados à TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) visando o atendimento técnico ou comercial a clientes, bem como o suporte técnico e metodológico a infraestrutura e arquitetura de sistemas, e consultoria em informática. Projeto e implementação de infraestrutura tecnológica para sistemas computacionais a partir de definições pré-estabelecidas e seguindo padrões da Empresa. Projeto de arquiteturas e disseminação de recursos de software e hardware voltados ao tratamento de informações e comunicação de dados em ambientes interconectados. Instalação, configuração e manutenção de sistemas operacionais. Suporte técnico a sistemas operacionais, projeto e implementação de soluções de segurança física e lógica de dados, projeto e administração de redes de comunicação, avaliação, instalação e manutenção de softwares, equipamentos e cabeamento estruturado. Acompanhamento do desempenho dos sistemas, rede física e lógica de dados, softwares e equipamentos, definindo e implementando soluções para sua otimização ou substituição. Desenvolvimento de estudos técnicos para redução de custos, implantação de novos métodos, sistemas de trabalho, tecnologias, análise e resolução de problemas. Desenvolvimento, acompanhamento e execução de projetos de segurança da informação com base nas boas práticas de mercado, legislação e normas. Projeto, especificação, avaliação de sistemas, rede física e lógica de dados, de software, de equipamentos e de segurança da informação, a serem adquiridos pela Empresa ou por seus clientes, bem como apoio na montagem de editais para sua aquisição e validação dos bens recebidos. Desenvolvimento ou participação em treinamentos de sua área de atuação. Gerência e coordenação de equipes de projetos e desenvolvimento de sistemas e software. Avaliar e validar os trabalhos técnicos de

programação de acordo com os requisitos estabelecidos no projeto. Dar treinamento nas áreas de conhecimento que lhe são afetas. Realizar outras atividades correlatas.

2.4.5 Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Analista de Sistemas (Desenvolvedor)

Analisar, projetar e desenvolver sistemas de processamento automático, suporte e sistemas operacionais, arquitetura de software, banco de dados e suporte de redes, estudando necessidades, possibilidades e métodos referentes aos mesmos, para assegurar a exatidão e rapidez dos diversos tratamentos de informações. Executar atividades de desenvolvimento, programação e manutenção de sistemas, nas tecnologias Java, .NET (ASP e C#), PHP, Javascript, CSS, HTML, Visual Basic, ASP clássico, webservices (REST e SOAP), Bancos de dados Oracle, SQL Server, MySQL, Postgres, mongoDB, Apache Cassandra, e outras ferramentas, técnicas, linguagens e frameworks de mercado que venham a ser adotadas pela empresa em decorrência da evolução tecnológica, aplicando técnicas de implementação e testes na elaboração dos programas.

2.5 O nível de escolaridade e os requisitos mínimos exigidos deverão ser comprovados no ato da admissão

3 DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Serão reservadas às pessoas com deficiência, em conformidade com os artigos nº 35 e seguintes da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004, regulada pelo Decreto n. 2.874, de 15 de dezembro de 2009, observando-se o art. 3º do Decreto n. 2.874, de 15 de dezembro de 2009, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas neste Concurso Público, conforme abaixo:

Cargo: Técnico de nível superior/ Função	Total de Vagas	Vagas reservadas	Vagas Livre concorrência
Administrador	1	0	1
Contador	2	0	2
Advogado	1	0	1
Analista de Informática e Suporte	9	1	8
Analista de Sistemas (Desenvolvedor)	19	1	17

3.2 Para os cargos de Administrador, Advogado e Contador não há oferecimento imediato de reserva de vagas para pessoas com deficiência. Nestes casos, será admitido 1 (um) candidato com deficiência, regularmente inscrito e classificado para a 10ª (décima) vaga que vier a ser aberta, no prazo de validade do concurso público, no cargo para o qual se inscreveu.

3.3 A ordem de chamada para as vagas reservadas aos portadores de deficiência atenderá ao provimento da 9ª vaga para o cargo de Analista de Suporte e Informática e da 19ª vaga para o cargo de Analista de Sistemas (Desenvolvedor).

3.4 O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

3.5 O resultado final do Concurso Público será publicado em duas listas. A primeira trará relação de todos os candidatos aprovados, inclusive das pessoas com deficiência. A segunda unicamente a dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência aprovados.

3.6 Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverão no Requerimento de Inscrição:

1. Assinalar a opção de inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência;
2. Caso desejem, solicitar as condições especiais e ou adaptação da prova de acordo com a sua deficiência.
3. Fazer o *upload* (carregamento) de cópias digitalizadas dos seguintes documentos:
 - a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doença (CID) e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, bem como a provável causa da deficiência e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular do cargo;

- b) Caso pretenda a dilação do tempo de prova: Parecer emitido por especialista da área de sua deficiência especial atestando a necessidade desta condição especial.
- 3.7 Caso o candidato tenha dificuldade de fazer o upload da documentação exigida, deverá entregar o documento à FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos, até às 17 horas do último dia de inscrição, pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou via postal.

Endereço para remessa postal:

FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Concurso Público: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC

Documentação para: Vaga reservada às pessoas com deficiência

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Caixa Postal: 5067

CEP: 88040-970– Florianópolis, SC – Brasil.

- 3.7.1 Os documentos enviados via postal só serão aceitos se entregues à FEPESE rigorosamente nos prazos determinados pelo edital, mesmo que tenham sido postados com antecedência.
- 3.8 Os candidatos com deficiência que necessitarem de ajuda de profissional especializado para realizar a sua inscrição deverão fazer a solicitação com no mínimo 7 (sete) dias úteis do término das inscrições, por meio do telefone (48) 3953.1000, mencionando o atendimento especial de que necessitam.
- 3.9 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Estadual nº 12.870/04, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova e à nota exigida para todos os demais candidatos.
- 3.10 Não poderá ser oferecida, no dia de aplicação da prova, condição especial ao candidato que não a tiver solicitado na forma e prazos determinados neste Edital.
- 3.11 A inobservância às disposições do presente Edital determinará a perda do direito à vaga reservada às pessoas com deficiência.
- 3.12 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.
- 3.13 O candidato classificado para as vagas reservadas às pessoas com deficiência submeter-se-á, quando da posse, a equipe multiprofissional do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE) e a exame médico oficial por Perícia Médica nomeada pela CIASC, a qual terá decisão definitiva sobre a qualificação do candidato para o exercício do cargo pretendido.
- 3.14 A avaliação a ser realizada pela Equipe Multiprofissional que trata o Art. 41 da Lei nº 12.870/04 acontecerá em Florianópolis, para todos os candidatos com deficiência nomeados, ficando a cargo destes o seu deslocamento e as despesas decorrentes.
- 3.15 Sendo o candidato inscrito para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, considerado incapacitado para o exercício do cargo pretendido, será chamado o candidato subsequente na ordem de classificação, até o limite das vagas reservadas.
- 3.16 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria por invalidez, observado o disposto na Lei Complementar n. 412, de 26 de junho de 2008.

4 DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A participação no Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, das 12h do dia 10 de agosto de 2017, às 16h do dia 11 de setembro de 2017.
- 4.2 O valor da inscrição é de R\$ 120,00 (cento e vinte Reais):
- 4.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste edital e das instruções específicas, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 4.4 O candidato poderá participar do Concurso Público de que trata este Edital com apenas uma inscrição. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 4.5 A inscrição poderá ser efetuada por um dos seguintes meios:
1. *On line*, pela Internet;
 2. Presencialmente.

- 4.6 No momento da inscrição o candidato deverá optar pela cidade onde deseja prestar a prova (locais de prova: Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville ou Lages).
- 4.7 O cargo escolhido e o local de prestação da prova não poderão ser alterados posteriormente.
- 4.8 Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:
- 1. Instruções para efetuar a inscrição pela Internet:**
 - a) Acessar o endereço eletrônico: <http://ciasc.fepese.org.br/> das **12h do dia 10 de agosto de 2017, às 16h do dia 11 de setembro de 2017;**
 - b) Ler atentamente o Edital, preencher *on line* o Requerimento de Inscrição e imprimir uma cópia que deve ficar em seu poder;
 - c) Imprimir e efetivar o pagamento do boleto do valor da inscrição, em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou “home banking”, preferencialmente do Banco Itaú S.A, **até o último dia de inscrições.**
 - 2. Instruções para a inscrição Presencial:**
 - a) Para efetuar a sua inscrição pessoalmente ou procurador devidamente constituído, o candidato deverá comparecer à sede da FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos, no Campus Reitor João David Ferreira Lima da- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade – Florianópolis – SC, **das 12h do dia 10 de agosto de 2017, às 16h do dia 11 de setembro de 2017** dias úteis das 8h às 12h e das 13h às 17h. No último dia de inscrições só serão atendidos os candidatos que chegarem ao local até às **16 horas**. Na sede da FEPESE não há atendimento bancário para pagamento do valor da inscrição;
 - b) Se o próprio candidato, deverá estar munido de documento de identidade original, com foto, em que conste o número do CPF, ou documento de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - c) Se Procurador, portar o original ou cópia autenticada de Procuração Pública com poderes específicos para inscrição no presente Concurso Público, seu documento de identidade original com foto em que conste o número do CPF ou documento de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e cópia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato que quer inscrever em que conste o número do CPF ou cópia xerográfica autenticada do documento de identidade e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - d) Preencher o Requerimento de Inscrição que lhe será fornecido, assinar e entregar mediante protocolo;
 - e) Obter o boleto para pagamento do valor da inscrição e efetuar o seu pagamento em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou home banking, preferencialmente do Banco Itaú S.A, até o último dia de inscrições.
- 4.9 O comprovante de pagamento do valor da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e caso solicitado, apresentado nos locais de realização da prova.
- 4.10 No caso de feriado bancário ou qualquer outro evento que suspenda o funcionamento dos estabelecimentos bancários no dia do vencimento do boleto bancário correspondente à inscrição, o pagamento deverá ser antecipado para o dia anterior.
- 4.11 O boleto da taxa de inscrição não poderá ser pago em data posterior ao último dia de inscrição. O pagamento em data posterior, mesmo que seja aceito pelo estabelecimento bancário, não dará quitação à referida taxa.
- 4.12 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.13 Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio.
- 4.14 O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato ou seu procurador, não sendo permitida a posterior alteração das informações prestadas, exceto- no prazo recursal- e feita à devida comprovação- de erros de grafia do nome do candidato ou de digitação dos números do documento de identidade ou CPF e endereço. Os pedidos de retificação não acompanhados de cópias dos documentos comprobatórios não serão conhecidos.
- 4.15 Eventual posterior mudança de endereço deverá ser comunicada à FEPESE até a data de publicação do resultado final por e-mail enviada para o endereço: ciasc@fepese.org.br. Após esta data a comunicação deverá ser feita diretamente à CIASC, pessoalmente ou via postal.
- 4.16 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.

- 4.17 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento do valor da inscrição confirmar o respectivo pagamento. A devolução de cheque com o qual foi quitada a inscrição ou qualquer outra irregularidade que impeça o recebimento do valor implicará o cancelamento da inscrição a qualquer tempo.
- 4.18 O valor da inscrição não será restituído.
- 4.19 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.
- 4.20 A FEPESE não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 4.21 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da inscrição do candidato e a anulação de todos os atos que tenha praticado.
- 4.22 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão divulgados na data provável de 15 de setembro de 2017, no endereço eletrônico do Concurso Público.
- 4.23 O candidato ao inscrever-se declara estar ciente e concordar que o seu nome e dados de identificação bem como as notas e classificação obtidas neste Concurso Público sejam publicados na Internet e ou em qualquer outra mídia.

5 DA ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

- 5.1 Serão isentos, comprovadas as exigências da legislação, do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público:
 1. De acordo com a Lei Nº 10.567, de 07 de novembro de 1997, os candidatos doadores de sangue;
 2. Nos termos da Lei Estadual nº 11.289, de 27 de dezembro de 1999, os candidatos cuja renda não ultrapasse a dois salários mínimos.
- 5.2 Para usufruírem do benefício da isenção do valor da inscrição, os candidatos deverão, após a sua inscrição, entregar na FEPESE, pessoalmente, pelo correio, até às 17 horas de 21 de agosto de 2017, os seguintes documentos:

1) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue:

- a) Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo 2);
- b) Documento original ou cópia autenticada de documento que comprove sua condição de doador de sangue, de acordo com os requisitos exigidos na Lei nº. 10.567/97, ou ainda, documento que comprove equiparação de doador de sangue como integrante de Associações de Doadores de Sangue. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de início das inscrições.

2) Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei Estadual nº 11.289.

- a) Requerimento de isenção da taxa de inscrição devidamente preenchido (Anexo 2);
- b) Candidato que esteja empregado:
Comprovante de renda do candidato (igual ou inferior a 2 salários mínimos);
Candidato desempregado
Declaração escrita de que se encontra desempregado e fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS (folha de identificação e das folhas em que constarem os contratos de trabalho).

- 5.3 Endereço para remessa postal:

FEPESE – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Concurso Público: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC

Documentação para: pedido de isenção do valor da inscrição

*Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Caixa Postal: 5067 - CEP: 88040-970 – Florianópolis, SC – Brasil.*

- 5.4 Os documentos enviados via postal só serão aceitos se entregues à FEPESE rigorosamente nos prazos determinados pelo edital, mesmo que tenham sido postados com antecedência.
- 5.5 A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração de que o candidato se encontra desempregado, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do Concurso Público.
- 5.6 O deferimento dos pedidos de isenção será publicado no endereço do Concurso Público na Internet na data provável de 28 de agosto de 2017.
- 5.7 O candidato que não entregar tempestivamente a documentação exigida à FEPESE ou tiver seu pedido de isenção indeferido, caso deseje participar do Concurso Público, deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição no prazo e na forma do presente Edital.

6 REQUERIMENTOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS E OUTROS PEDIDOS

- 6.1 Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova escrita deverão assinalar esta condição no Requerimento de Inscrição e solicitar as condições que necessitam.
- 6.2 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitados os critérios de legalidade, razoabilidade e viabilidade. É de responsabilidade do candidato a aquisição, montagem e operação de equipamentos especiais que necessite, devendo neste caso apresentá-los tempestivamente à Comissão do Concurso Público para sua validação.
- 6.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de pedido de condições especiais no requerimento de inscrição, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.
- 6.4 O acompanhante não poderá ter em seu poder livros, textos, anotações e ou qualquer equipamento transmissor ou receptor de ondas eletromagnéticas, tampouco poderá sair da sala reservada ou permanecer com a candidata no horário de amamentação, salvo em situações excepcionais quando deve ser acompanhado de fiscal da FEPESE.
- 6.5 O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.
- 6.6 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar na FEPESE, pessoalmente, por procurador ou via postal, até o último dia de inscrições, cópia autenticada de certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.
- 6.7 O deferimento dos pedidos de condição especial será publicado na data provável de 15 de setembro de 2017.

7 DA PROVA ESCRITA

- 7.1 O presente Concurso Público para ambos os cargos será constituído de etapa única-Prova Escrita, de caráter eliminatório e classificatório.
- 7.2 A prova escrita terá duração de 04 (quatro) horas e será realizada na data provável de 01 de outubro de 2017, de acordo com o cronograma abaixo:

HORÁRIO	EVENTO DA PROVA
13h	Abertura dos portões para entrada dos candidatos
13h40 min	Fechamento dos portões. A partir desse horário não será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação
13h50 min	Abertura dos envelopes e distribuição das provas. Os candidatos só poderão iniciar a resolução das questões quando autorizados
14h	Início da prova
15h	A partir desse momento os candidatos que concluíram a prova poderão entregá-la
18h	Término da prova, recolhimento dos cartões resposta e cadernos de provas não entregues.

- 7.3 Não havendo disponibilidade de locais adequados ou suficientes para todos os inscritos na cidade determinada para a realização das provas, estas poderão ser aplicadas em outras cidades e ou municípios.
- 7.4 São de exclusiva responsabilidade dos candidatos a obtenção da informação dos locais de prova, de transporte, alimentação e outras havidas para a prestação da prova mesmo que sua data venha a ser alterada ou remarcada, ou aplicada em outra cidade e ou município para o qual se inscreveu.
- 7.5 Os conhecimentos e habilidades dos candidatos serão avaliados por uma prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, com questões objetivas com 5 alternativas, das quais uma única será a correta.
- 7.6 As áreas de conhecimento exigidas, o número e valor das questões, encontram-se no quadro abaixo:

PROVA ESCRITA PARA TODOS OS CARGOS/ FUNÇÕES

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº de questões	Valor da questão	Totais
Língua Portuguesa	8	0,10	0,80
Aspectos históricos, geográficos, econômicos e sociais	5	0,10	0,50
Língua Inglesa	7	0,10	0,70
Conhecimentos específicos	40	0,20	8,00
Total de questões	60		10,00

- 7.7 Serão considerados aprovados na prova escrita unicamente os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 7,00 (sete).
- 7.8 O candidato prestará a Prova na cidade que escolheu quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, não podendo prestá-la em qualquer outro lugar.
- 7.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos e apresentar documento (original) de identificação não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada ou que não apresentar a devida identificação.
- 7.10 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.
- 7.11 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.
- 7.12 Só serão aceitos documentos originais e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 7.13 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:
- Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
 - Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
 - Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.
- 7.14 Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.
- 7.15 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 7.16 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão

- corrigidas unicamente pela marcação no cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões ou por em qualquer outro material.
- 7.17 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.
- 7.18 Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:
- Quja resposta não coincida com o gabarito oficial;
 - Que contenha emenda (s) e /ou rasura (s), ainda que legível (eis);
 - Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
 - Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
 - Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.
- 7.19 A não assinatura do cartão-resposta implicará a atribuição de nota 0,00 (zero) na prova escrita.
- 7.20 Durante a prova não será permitido (a):
- A comunicação entre os candidatos;
 - A consulta a qualquer obra ou anotação;
 - O uso de relógio, telefones celulares, qualquer equipamento eletroeletrônico como máquinas de calcular, computadores e ou receptores/emissores de sinal eletromagnético como controles remoto, chaves de ignição de automóveis com controle de abertura de portas, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura bem como o porte de armas;
 - A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal e ou portando o Caderno de questões ou caderno de prova;
 - Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem transparente sem qualquer rótulo e ou etiqueta.
- 7.21 Poderá ser permitido o uso, por motivação religiosa, de gahfiya, hijab ou kipá (yarmulka), mediante prévia inspeção e autorização do Coordenador local do Concurso Público.
- 7.22 Por razões de segurança, não será permitida a entrega da prova e Caderno de questões e ou a saída do local onde a prova se realizar, antes de decorrida 1 hora do seu início, mesmo que o candidato seja desistente ou tenha sido excluído.
- 7.23 A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero à prova escrita.
- 7.24 O porte de qualquer tipo de armamento, sob qualquer alegação, impedirá a entrada do candidato no local de aplicação da prova.
- 7.25 Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 7.26 A prova e o gabarito provisório serão divulgados no endereço eletrônico do Concurso Público, a partir das 20 horas do dia da sua realização.
- 7.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 7.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de prova.
- 7.29 O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser submetido a revista pessoal e ou de seus pertences, a varredura eletrônica e a identificação datiloscópica.
- 7.30 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar a situação à FEPESE, até o último dia de inscrições. O pedido deverá ser acompanhado de original de laudo médico que comprove as informações prestadas.
- 7.31 Os programas da prova escrita estão descritos no Anexo 1 do presente Edital.

8 DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1 A nota final, para todos os cargos/ funções, será a nota da prova escrita,

$$\text{NF} = \text{NPE}$$

Onde:

NF= Nota final.

NPE= Nota da prova escrita

- 8.2 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente da nota final expressa de 0,00 a 10,00 com duas casas decimais sem arredondamento.
- 8.3 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:
- Maior idade, dentre os candidatos com idade superior a 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrição, conforme § único, artigo 27º do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003);
 - A maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
 - A maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
 - A maior nota nas questões de Inglês;
 - A maior nota nas questões de Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais;
 - Comprovado o exercício da função de jurado (conforme Art. 440 do Código de Processo Penal), mediante prévia entrega da documentação hábil nos termos deste Edital;
 - A maior idade, para aqueles com idade inferior a 60 anos na data do último dia de inscrições.
- 8.4 Os portadores de deficiência integrarão lista especial de classificação, aplicadas as mesmas normas para classificação e desempate.

9 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Caberão recursos contra os seguintes atos do presente Concurso Público:
- Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição;
 - Indeferimento do pedido de condição especial;
 - Não homologação da inscrição;
 - Conteúdo das questões e gabarito preliminar das questões objetivas da Prova Escrita;
 - Resultado da prova escrita e resultado final (Classificação final).
- 9.2 Os recursos poderão ser interpostos até às 17 horas do segundo dia útil subsequente à divulgação do ato do Concurso Público, pelos seguintes meios:
- On line no sitio do Concurso Público: <http://ciasc.fepese.org.br/>.
 - Pessoalmente ou por Procurador na sede da FEPESE;
 - Via postal- Mediante requerimento (Anexo 3) entregue no Quadro de Pessoal da CIASC pelo Edital.

1. Interposição de recursos pela Internet

Para interposição de recursos pela Internet o candidato deverá:

- Acessar a página do Concurso Público na Internet: <http://ciasc.fepese.org.br/>;
- Preencher on line o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;

2. Interposição de recursos presencial

Para interposição de recursos presencialmente o candidato deverá:

- Comparecer no Atendimento ao candidato na sede da FEPESE, no horário de funcionamento informado neste edital, se pessoalmente munido de documento de identidade original com foto, se Procurador munido de documento de identidade original com foto, cópia autenticada do documento de identidade do candidato e documento original de Procuração Pública, com fins específicos;
- Preencher o requerimento (Anexo 3) com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- Protocolar o requerimento no Atendimento, ao candidato da FEPESE guardando o respectivo protocolo.

3. Interposição de recursos via postal

Para interposição de recursos via postal o candidato deverá:

- Preencher e assinar o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva;
- Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- Datar e assinar;

- d) Anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente;
- e) Colocar o (s) requerimento (s) em um envelope resistente e enviar para o endereço:

FEPese – CONCURSO PÚBLICO: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – CIASC
Recurso administrativo
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Caixa Postal 5067
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
88040-970- Trindade – Florianópolis, SC.

- 9.3 Para interpor recurso via postal, o candidato deverá expedir o documento com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue à FEPese rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, valendo para todos os fins de direito o comprovante da data de entrega à FEPese, emitido pelo Correio.
- 9.4 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem transmitidos e ou entregues pessoalmente ou pelo correio até o último dia previsto para entrega (segundo dia útil após a publicação do ato contestado).
- 9.5 Caso o candidato venha a interpor, por qualquer meio, mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Concurso Público, só será analisado o último recebido.
- 9.6 A FEPese e ou a Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, não se responsabilizam pelo extravio ou atraso na entrega dos requerimentos dos candidatos enviados pelo correio. Para fins de direito constitui-se prova unicamente o carimbo de recebimento ou entrega da correspondência à FEPese.
- 9.7 No caso de anulação de qualquer questão, esta será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.
- 9.8 No caso de erro na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.
- 9.9 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no endereço eletrônico do Concurso Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na aba Respostas a Recursos e Requerimentos. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.
- 9.10 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.
- 9.11 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser os descritos no Edital.
- 9.12 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.
- 9.13 As notas e a classificação dos candidatos poderão ser alteradas em qualquer fase do certame, ainda que publicado o resultado final, em face de deferimento de recurso administrativo ou decisão fundamentada de ofício havida pela Comissão Organizadora em face de erro material.

10 DA HOMOLOGAÇÃO E VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

- 10.1 O resultado final será publicado da seguinte forma:
 - a) Lista por cargo com todos os aprovados, por ordem crescente de classificação;
 - b) Lista por cargo somente com as pessoas com deficiência aprovadas, por ordem crescente de classificação.
- 10.2 A Validade do concurso público será de dois anos, contados da homologação do seu resultado e prorrogáveis por igual período.

11 DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 Os atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados no presente Concurso Público são de competência do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC.
- 11.2 O candidato aprovado será convocado na medida das necessidades da empresa, na rigorosa ordem de classificação.
- 11.3 Será de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao CIASC, quando houver alteração do endereço informado na ficha de inscrição.

- 11.4 Quando da convocação, o candidato aprovado deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou naquele fixado no documento convocatório, apresentar-se na sede do CIASC e apresentar os documentos abaixo relacionados:
1. Quitação com as obrigações eleitorais e militares;
 2. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo, mediante a apresentação dos documentos previstos em lei;
 3. Exame médico admissional de boa saúde física e mental;
 4. Cópia da Carteira de Identidade;
 5. Cópia do comprovante de inscrição no PIS-PASEP;
 6. Cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física) válido;
 7. Cópia da Certidão de Casamento (se for casado);
 8. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos até a idade de 21 anos;
 9. Certidão de antecedentes criminais;
 10. Duas fotografias 3x4 recentes e tiradas de frente;
 11. Carteira de Trabalho -CTPS;
 12. Cópia de Comprovante de residência;
 13. Declaração de Bens e Fonte de Renda;
 14. Cópia de comprovante de Grupo Sanguíneo e Fator Rh.
 15. Declaração de não cumulatividade de cargo/função pública.
 16. Cópia da inscrição e prova de regularidade junto ao órgão de classe competente, para os candidatos que preencherão vagas cujo cargo seja regulamentado por lei.
- 11.5 A critério da empresa ou em face de determinação legal, outros documentos poderão ser exigidos quando da convocação.
- 11.6 O não comparecimento na data e horário determinados ou a ausência de qualquer dos documentos exigidos, implica a desistência do candidato e na convocação do candidato que obteve a classificação seguinte, sendo vedados os pedidos para deslocamento do candidato convocado para a o final da lista de classificação.
- 11.7 O candidato admitido será contratado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (celetista), para um contrato de experiência de 90 (noventa) dias.
- 11.8 No prazo do contrato de experiência, o empregado será avaliado nas suas atividades práticas relacionadas ao exercício do cargo, sendo que ao final haverá um relatório circunstanciado da sua avaliação, que poderá concluir pela sua dispensa ou contratação definitiva.

12 DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 12.1 Fica delegada competência à FEPESE para:
- a) Receber as inscrições;
 - b) Deferir e indeferir as inscrições;
 - c) Emitir os documentos de confirmação de inscrições;
 - d) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
 - e) Apreciar os recursos previstos no Edital;
 - f) Emitir relatório de classificação dos candidatos por Cargo;
 - g) Emitir relatórios sobre o Concurso Público para a Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, quando solicitado;
 - h) Prestar informações sobre o Concurso Público de que trata este Edital.
- 12.2 Cabe ao Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC a supervisão de todas as etapas do Concurso Público previsto neste Edital.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 Será excluído do Concurso Público, por ato da FEPESE, o candidato que:
- a) For responsável por comportamento inadequado ou descortesia, com qualquer membro de equipes encarregadas da realização das etapas do Concurso Público;
 - b) For surpreendido durante a aplicação da prova em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

- c) For apanhado em flagrante utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
 - d) Ausentar-se da sala de prova, sem autorização ou sem acompanhamento de fiscais;
 - e) Recusar-se a proceder à autenticação digital do Cartão resposta ou de outros documentos;
 - f) Apresentar documentos com dados adulterados em relação ao original, a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato deste Concurso Público;
 - g) Efetuar o pagamento do valor da inscrição com cheque sem provisão de fundos, ou com outra irregularidade que impossibilite seu recebimento.
- 13.2 Todas as informações, avisos e editais convocatórios serão publicados no endereço eletrônico: <http://ciasc.fepese.org.br/>
- 13.3 O site do Concurso Público e as publicações oficiais constituem as únicas fontes válidas de informação a respeito das normas e procedimentos do presente Concurso Público.
- 13.4 A inscrição do candidato implica a aceitação de que seus dados de identificação, resultados das provas e classificação obtida, sejam publicados no sítio do concurso público na Internet, bem como divulgados pelos meios exigidos pela legislação em vigor.
- 13.5 Fica vedada a inscrição dos membros da Comissão Organizadora da CIASC e dos membros da Comissão Organizadora e funcionários da FEPESE.
- 13.6 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos conjuntamente pela FEPESE e pela Comissão do Concurso Público, formada por membros do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC – CIASC.

14 DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

- 14.1 A comissão de concurso público do CIASC, instituída pela Resolução PRESI 021, de 03 de agosto de 2017, tratará da organização e preparo administrativo do certame, constitui-se dos seguintes integrantes:
- Leandro Ribeiro Maciel – Presidente da Comissão
 - Ramicés dos Santos Silva
 - Alessandro Ricardo Stahelin
 - Marcos Antônio da Silva
 - Claudionei Luis de Souza

15 DO FORO JUDICIAL

- 15.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis 10 de agosto de 2017.

IVAN CESAR RANZOLIN
Presidente do CIASC

ANEXO 1

PROGRAMA DAS PROVAS

Importante:

Nas questões que envolvam conhecimentos de legislação poderão ser arguidas as modificações e ou alterações havidas e publicadas até 10 de junho de 2017.

Nas questões que envolvam conhecimentos de Informática, poderão ser arguidos conhecimentos de qualquer uma das versões de softwares ou hardwares em uso no mercado.

CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS/ FUNÇÕES)

Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Domínio da ortografia oficial. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Emprego dos sinais de pontuação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo de crase. Colocação dos pronomes átonos. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).

Inglês

GRAMÁTICA: Morfologia. Substantivos: gênero, forma possessiva, número. Pronomes: possessivos, reflexivos, objetivos. Adjetivos: grau de comparação, espécies. Verbos: infinitivos e gerúndios, verbos regulares e irregulares. Semântica. Verbos: tempos, modos e formas (presente, passado, futuro simples, contínuo, perfeito, imperativo). Substitutos de tempo futuro. Verbos modais. Advérbios. Numerais. Preposições. Conjunções. Palavras interrogativas. Artigos (definidos e indefinidos). COMPREENSÃO DE TEXTOS: Análise de textos de assuntos técnicos e gerais.

Observação: O comando das questões e as alternativas propostas poderão ser redigidos em Inglês.

Aspectos históricos, geográficos, econômicos e culturais

O mundo em que vivemos: Os grandes problemas contemporâneos: O crescimento da população e a falta de alimentos e recursos naturais. A crise energética. Poluição. Terrorismo. Refugiados e fluxos migratórios. Os conflitos do Oriente Médio. O desenvolvimento tecnológico. Computadores e redes sociais, seu papel na vida contemporânea. O Estado de Santa Catarina: fundamentos históricos (primeiros povoadores, expansão territorial, povoamento açoriano, vinda dos imigrantes). Cultura e folclore catarinenses.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Administrador

Lógica: Funções, Análise Combinatória, Progressões, Raciocínio Lógico Quantitativo.

Legislação Administrativa: Administração Direta e Indireta (Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações). Atos Administrativos. Contratos Administrativos. Validade dos atos da administração.

Legislação Trabalhista: Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional. Limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas. Período aquisitivo e concessivo. Remuneração. Abono.

Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica. Elementos essenciais. Duração. Alteração. Suspensão e Interrupção. Término do Contrato. Salário e Remuneração: salário mínimo. Salário Contratual. Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. Conceitos. Conteúdo e efeitos. Limite à aplicação das normas convencionais. Terceirização no Direito do Trabalho: trabalho temporário. Cooperativas e prestação de serviços. Extinção do contrato individual de trabalho: Justa Causa. Falta grave. Responsabilidade da administração pública solidária e subsidiária. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 e suas alterações na legislação trabalhista.

Processos de Licitação – Lei 8.666/93. 12. Lei Complementar Federal nº 101/2000. 13. Decreto nº 4.320/64

Estratégia Empresarial: Estruturas Organizacionais, Planejamento Estratégico Empresarial, Análise dos Ambientes Interno e Externo. Processos de tomada de decisão. Sistemas de Informação Gerencial.

Organização e Métodos: Gestão de Documentos. Administração de Processos.

Administração de Recursos Humanos: Estratégias de RH, Relações com Empregados, Equipes, Liderança, Gerenciamento de Desempenho, Remuneração e Benefícios, Motivação, técnicas de treinamento. Desenvolvimento de pessoas e carreiras, Cultura Organizacional, Higiene Industrial e Segurança do Trabalho.

Administração Financeira e Orçamentária: Valor do Dinheiro no Tempo e Risco x Retorno, Estrutura e interpretação de Balanços. Análise de Investimentos, Alavancagem e Endividamento, Planejamento Financeiro e Orçamentário, Administração do Capital de Giro, Fontes de Financiamento em Longo Prazo.

Administração da Produção e Materiais: Planejamento e Controle da Produção, Técnicas de gestão de qualidade. Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management), Administração de Material, Gestão de Estoques.

Orçamento Empresarial: Conceitos. Finalidade. Elaboração de Orçamento. Orçamento de Custeio. Orçamento de Investimento.

Contabilidade Geral: Conceito. Usuário da Contabilidade. Patrimônio. Conceitos de Ativos. Passivos. Receitas. Despesas e Resultado. Leitura Prática das Principais Demonstrações Contábeis.

Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Contador

Contabilidade Geral: Contabilidade: Princípios Fundamentais, NBCs e CPCs, Conceito, Objeto, Finalidade, Campo de aplicação. Patrimônio. Situação Líquida. Plano de Contas. Escrituração Contábil. Despesa e Receitas. Fatos Administrativos. Operações com Mercadorias e Serviços. Operações Contábeis. Teoria das Contas. Balancete de Verificação. Ajustes e Operações de Encerramento. Dividendos. Participações Estatutárias. Demonstrações Contábeis. Constituição e reversão de reservas. Critérios de Avaliação dos Componentes Patrimoniais.

Legislação Societária: Aspectos da Lei Das Sociedades Anônimas, 6.404/76 atualizada pelas leis 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, relativos a Capital Social. Assembleia Geral. Conselho de Administração e Diretoria. Conselho Fiscal. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Lucro, Reserva e Dividendos.

Tributário: Sistema Tributário Nacional. Competência Tributária, Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria. Imposto de Renda PJ. Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. COFINS. PIS/PASEP, ISS e ICMS nas operações interestaduais. Responsabilidade por substituição tributária e retenção na fonte.

Licitações: Lei 8.666/93 Conceito, princípios, objeto e finalidade. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos e fases. Revogação e anulação (fundamentos, iniciativa e efeitos decorrentes). Contratos administrativos: conceito, características e principais tipos: reajuste de preços: correção monetária: reequilíbrio econômico e financeiro, Qualificação Econômico-financeira, Pagamento.

Auditoria e Controle interno: Noções gerais sobre auditoria e controle interno: conceituação e objetivos. Auditoria interna, externa e fiscal: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de

auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. Aplicação dos procedimentos de auditoria e controle interno. Documentação de auditoria. Continuidade normal dos negócios da entidade. Tipos de Parecer do auditor. Fraude e erro. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. Resolução nº 1.111/07 do Conselho Federal de Contabilidade.

Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Advogado

Direito Administrativo

Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa.

Direito Civil

Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação. Dos Contratos: Definição. Formação. Classificação e espécies. Contratos atípicos. Interpretação dos contratos. Vícios Redibitórios. Evicção. Comodato. Dação em pagamento. Compensação. Novação. Transação. Responsabilidade civil contratual. Da caracterização do dano moral. O Direito Intertemporal e os contratos. Liquidação das obrigações. Teoria da Imprevisão. Direitos Reais: posse. Propriedade, condomínio. Direitos reais em coisa alheia. Usufruto. Direitos reais de Garantia (Hipoteca, Penhor, Alienação Fiduciária de Bens Móveis e de Bens Imóveis). Registro dos Direitos Reais de Garantia (Lei nº 6.015, de 31/12/1973 - Lei de Registros Públicos e demais normas aplicáveis).

Direito Processual Civil

Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais: das normas fundamentais do processo civil e da aplicação das normas processuais. Da jurisdição e da ação. Dos limites da jurisdição nacional. Da competência interna: da competência e da cooperação nacional. Das partes e dos procuradores: da capacidade processual, dos deveres das partes e de seus procuradores, dos procuradores, da sucessão das partes e dos procuradores. Do Litisconsórcio. Da intervenção de terceiros: da assistência, da denunciação da lide, do chamamento ao processo, do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, do amicus curiae. Do Juiz e dos auxiliares: dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz e dos impedimentos e da suspeição. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Defensoria Pública. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais: da forma dos atos processuais, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais: disposições gerais, da citação, das cartas, das intimações, das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Da tutela provisória: das disposições gerais, da tutela de urgência: disposições gerais, do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, da tutela da evidência. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do procedimento comum capítulo: das

disposições gerais, da petição inicial, da improcedência liminar do pedido, da improcedência liminar do pedido, da audiência de conciliação ou de mediação, da contestação, da reconvenção, da revelia, das providências preliminares e do saneamento, do julgamento conforme o estado do processo, da audiência de instrução e julgamento, das provas, da sentença e da coisa julgada, da liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença: das disposições gerais, do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, - do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública. Embargos de terceiros. Ação monitória. Da execução em geral: das disposições gerais, das partes, da competência, dos requisitos necessários para realizar qualquer execução, da responsabilidade patrimonial. Das diversas espécies de execução: das disposições gerais, da execução para a entrega de coisa, da execução das obrigações de fazer e de não fazer, da execução por quantia certa, da execução contra a fazenda pública, da execução de alimentos, dos embargos à execução, da suspensão e da extinção do processo de execução, da suspensão, da extinção. Dos recursos: das disposições gerais, apelação, do agravo de instrumento, do agravo interno, dos embargos de declaração, dos recursos para o supremo tribunal federal e para o superior tribunal de justiça.

Direito Constitucional

Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Habeas-Corpus, Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas-Data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Constituição de Santa Catarina: o Estado de Santa Catarina na Federação. Administração Pública: princípios constitucionais. Servidores Públicos: regência constitucional. Poder Legislativo: Organização. Atribuições. Processo Legislativo. Poder Executivo, Poder Judiciário. Organização. Estatuto constitucional da magistratura. Ministério Público: princípios constitucionais.

Direito do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional. Limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas. Período aquisitivo e concessivo. Remuneração. Abono. Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica. Elementos essenciais. Duração. Alteração. Suspensão e Interrupção. Término do Contrato. Insalubridade e periculosidade. Salário e Remuneração: salário mínimo. Salário Contratual. Salário Profissional. Salário Normativo. Comissões. Gratificações. Prêmios. Abonos. Diárias. Ajuda de Custo. Gratificação de Natal. Descontos Legais. Vale Transporte. Equiparação Salarial. Princípios de proteção ao salário: Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. Conceitos. Conteúdo e efeitos. Limite à aplicação das normas convencionais. Terceirização no Direito do Trabalho: trabalho temporário. Cooperativas e prestação de serviços. Extinção do contrato individual de trabalho: Justa Causa. Falta grave. Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Responsabilidade da administração pública solidária e subsidiária. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 e suas alterações na legislação trabalhista.

Direito Tributário

Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no

Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco. Diferenciação tributária. Capacidade contributiva. Obrigação tributária: Definições. Espécies. Fato Gerador. Sujeito Ativo e Passivo. Solidariedade. Responsabilidade. Substituição. Extinção: pagamento. Consignação e pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Conversão do depósito em renda. Pagamento antecipado Crédito Tributário: Definição. Constituição. Modalidades de Lançamentos. Suspensão da Exigibilidade, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário: hipóteses, definições e regimes jurídicos. Garantias e privilégios. Impostos: União Federal. Estados-Membros. Municípios e Territórios. Princípios. Normas constitucionais. Responsabilidade Tributária: Sucessores. Terceiros. Responsabilidade por infrações. Responsabilidade dos Diretores e Gerentes das Pessoas Jurídicas de direito privado por dívidas sociais. Contencioso Judicial Tributário: execução fiscal, mandado de segurança, ação anulatória, ação declaratória, ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento. Dívida ativa: Conceito. Inscrição. Presunção de certeza e de liquidez. Certidões (negativa, positiva e positiva com efeito de negativa).

Processo do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Do processo do trabalho. O processo do trabalho e a aplicação do CPC.

Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Analista de Informática e Suporte

Conhecimento de projeto e implementação de monitoramento e gerenciamento de falhas, configuração e desempenho de redes. Projetar, supervisionar e implementar soluções de rede LAN, MAN e WAN. Diagnosticar e solucionar problemas complexos em redes de comunicação, em equipamentos (Routers, SWITCH, balanceadores de carga) e em servidores (DNS, WINS, DHCP). Instalar e configurar soluções de segurança de rede, sistemas operacionais Linux, FreeBSD e Windows. Auditoria e detecção de vulnerabilidades e uso de antivírus, AntiSpam, Sniffer, criptografia de dados e infraestrutura de Chave Pública, VPN, mecanismos de controle de acesso de perímetro e detecção de intrusos baseados em rede e em host (firewalls filtro de pacotes, sistema de detecção e prevenção de intrusão IDS/IPS). Conhecimentos em Criptografia. Testes de Invasão. Gestão de Segurança da informação. Classificação dos ativos de Informação, padrões e Melhores Práticas. Conceitos de transmissão e recepção. Técnicas de codificação, modulação, multiplexação, múltiplo acesso e comutação. Aspectos de sinalização e de interconexão. Sistemas de Transmissão Digital (PDH, SDH, GPON, Metro ethernet). Redes de ópticas de transporte (CWDM, DWDM, redes passivas, elementos de redes ópticas, cálculo de frequência e atenuação). Conceitos de redes sem fio (IEEE802.11, IEEE 802.16, elementos de redes sem fio). Redes de Comunicação de dados. Topologia, Arquitetura e Equipamentos. Troubleshooting de redes de comunicação através de ferramentas de coleta e análise de tráfego (sniffers). Modelo de referência OSI e TCP/IP. Técnicas de QoS em redes Ethernet, IP e MPLS. Protocolo MPLS (Multiprotocol Label Switching). Protocolos de roteamento (OSPF, BGP, RIP, Rota Estática e Police Based Routing). Protocolos de camada 2 no modelo de referência OSI. Protocolos de camada 3 (IPv4 e IPv6. Inclusive endereçamento). Conhecimento em Telefonia. Especificações da H.323. 4. Protocolos RTP e RTCP.. Codecs de áudio (G.711, G.729) 4.4. Codecs de vídeo (H.264). Conhecimentos protocolo SIP – Session Initiation Protocol. Equipamentos para formação de rede VoIP (gateways, ATA, telefones IP, softphones, MCUs). Arquitetura e protocolos de Gerência de Redes. Conhecimento avançado em administração e configuração de sistemas operacionais Windows (20012, 2016) e Linux (Centos, Redhat, Ubuntu). Instalar, configurar e dimensionar servidores para hospedar sistemas aplicativos de acordo com os seus requisitos. Conhecer e implementar técnicas de alta disponibilidade para servidores virtuais, físicos, e sistemas aplicativos (clusters e balanceadores de carga). Conhecimento avançado na área de Computação em Nuvem (Cloud Computing), virtualização de servidores utilizando a solução da VMWARE. Possuir conhecimentos na operação e configuração e migração de ambientes em nuvem pública. Ter experiência em projeto e administração de Data Center em ambientes virtualizados, Nuvem Privada, Nuvem Híbrida, Nuvem Pública. Possuir bons conhecimentos na administração de servidores de aplicação e servidores web como Apache, Tomcat, Jboss e Microsoft IIS. Possuir conhecimentos em SAN (Storage Area Network), Fibre Channel, iSCSI e noções de administração de Storages. Possuir bons conhecimentos em administração de servidores de arquivos Windows, Samba. Possuir bons conhecimentos em administração de serviços de diretório baseados em Microsoft Active Directory e Open LDAP. Possuir conhecimentos em serviços/protocolos tais como HTTP, FTP, SMTP, POP3, IMAP,

DNS, SSH, NFS, LDAP, SMB, DHCP. Possuir conhecimentos em programação de rotinas em linguagens como Microsoft Powershell e Unix Shell Scripting. Desenvolver rotinas de apoio a administração de servidores Windows e Linux. Possuir conhecimentos de administração da plataforma de gerenciamento de nuvem OpenStack. Possuir conhecimentos em ferramentas de Automação de Datacenters Virtualizados ou em nuvem. Possuir conhecimentos na ferramenta Zabbix para monitoramento de ativos do Datacenter e de rede. Possuir conhecimento básico sobre o sistema operacional IBM AIX. Conhecimento para acompanhamento e elaboração de Planejamento de capacidade para servidores. Administração de Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) Microsoft SQL Server, MySQL, PostgreSQL e Oracle Database. Conhecimento das linguagens SQL (Structured Query Language), PL/SQL (Procedural Language/SQL), PL/pgSQL (Procedural Language/PostgreSQL), T-SQL (Transact-SQL). Suporte a aplicações SQL. Criar infraestrutura de alta disponibilidade para armazenamento de bases de dados dos órgãos ou entidades de Governo. Configuração e gerenciamento de cópias de segurança (backup), recuperação, ambiente de alta disponibilidade (incluindo a manutenção de conglomerados de servidores). Conhecimentos sobre bancos de dados espaciais para suporte a aplicativos e sistemas de informação geográfica. Manter políticas e catálogos de cópias de segurança. Realizar atividades de manutenção de objetos de banco, gerenciamento de espaço em disco e segurança de acesso aos SGBD. Aplicar correções de segurança liberadas pelos fornecedores de SGBD. Identificar problemas de desempenho e gerar relatórios com propostas de melhorias. Propor rotinas de manutenção preventiva. Tratar incidentes. Conhecimentos de modelagem para Business Intelligence. Instalar e administrar sistemas operacionais Windows e Linux. Soluções de alta disponibilidade de servidores e aplicações. Virtualização de servidores. Soluções de Nuvem Privada, Híbrida e Pública. Segurança da informação para servidores e aplicações web. Protocolos da pilha TCP/IP. Monitoramento de disponibilidade e desempenho de ativos de Datacenter e redes. Desenvolvimento de rotinas para servidores em plataforma Windows e Linux. Arquitetura de sistemas em rede e distribuídos. Gerenciamento de projetos. Segurança da Informação de dados e SGBD. Auditoria, controle de acesso, permissões. Oracle Recovery Manager (RMAN), PostgreSQL PITR (Point In Time Recovery). SQL Server backup/restore. Alta disponibilidade: criação de conglomerados (database clusters), réplicas síncronas ou assíncronas. Real Application Cluster (Oracle RAC). Oracle Data Guard. PostgreSQL Streaming Replication / Hot Standby. Microsoft SQL Server AlwaysOn. Qualidade de serviços em SGBD. Desempenho: garantia de recursos de CPU, I/O e memória. Segmentação de serviços de acesso a dados. Avaliação de planos de execução. Indexação. Monitoramento. Diagnóstico. Tuning. Conexão com o SGBD, instalação de drivers de acesso e conectividade. ETL (Processo de extração, transformação e carga de dados), Data Warehouse e OLAP (Análise e processamento on-line de dados).

Cargo de Técnico de Nível Superior – Função de Analista de Sistemas (Desenvolvedor)

Arquitetura de Software. Conhecimento em arquitetura de aplicações para ambiente web. Arquitetura em camadas. Arquitetura de microsserviços. Arquiteturas de integração (Service-oriented Architecture (SOA). Webservices. SOAP. REST.). DDD - Domain-Driven Design (projeto dirigido ao domínio). Design Patterns. Noções sobre computação na nuvem (Cloud Computing).

Desenvolvimento de software. Conhecimento básico em técnicas de programação (Lógica formal. Algoritmos e estrutura de dados. Noções de complexidade de algoritmo. Estruturas sequenciais, condicionais e de repetição. Bancos de dados relacionais. Sistemas gerenciadores de banco de dados relacionais: MS-SQL Server, MySQL, Oracle e PostgreSQL. Conceitos básicos. Noções de Administração. Linguagens procedurais para Banco de dados relacionais. Controle de concorrência no acesso aos dados. Mecanismos de controle de acesso aos dados. Técnicas para detecção de problemas e otimização de desempenho do SGBD e de consultas SQL. Arquitetura e aplicações de data warehousing, ETL e Olap. Técnicas de modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais. Sistemas gerenciadores de bancos de dados não relacionais: Apache Cassandra. Arquitetura Consistência, Disponibilidade, Tolerância ao particionamento (Teorema CAP) Noções de instalação, configuração e administração. Linguagem CQL. Suporte a MapReduce. Desenvolvimento web. Single Page Application (SPA). Java Script, HTML5, CSS3, WebSocket. Frameworks Java Script. AngularJS 4. React. Programação Java. Java EE e frameworks: Java Persistence API (JPA 2.x). JAX-RS (2.x). Hibernate. JAX-WS. JMS. Spring Framework. Json. JUnit. Jasper. JDBC. Java 8. Programação PHP: Framework Laravel. Programação .Net/C#. Noções e conceitos de desenvolvimento para dispositivos móveis. Análise estática de código fonte (Clean Code e ferramenta SonarQube). Técnicas de Revisão de Software (Inspeção, Walkthrough e Pair Programming). TDD - Test Driven Development (desenvolvimento dirigido a testes). BDD - Behavior Driven Development (desenvolvimento dirigido ao

comportamento). Testes de software (Unidade, Integração, Sistema, Aceitação, Regressão, Desempenho e Carga). Qualidade de Software. Segurança no desenvolvimento. Práticas de programação segura e revisão de código. Controles e testes de segurança para aplicações web. Controles e testes de segurança para Web Services. Gerenciamento eletrônico de Documentos. Ferramentas de versionamento de código-fonte (Subversion, GIT). Ferramenta de gerenciamento de pacotes (Npm, Gradle, Maven). Criptografia. Conceitos básicos e aplicações. Protocolos criptográficos. Criptografia simétrica e assimétrica. Principais algoritmos. Assinatura e certificação digital. Noções gerais sobre DEVOPS. Desenvolvimento web no cliente (HTML5, CSS3 e Javascript, Bootstrap, Ajax e JSON). Servidor web, APACHE. Frameworks para desenvolvimento web em PHP, Zend. Sistema Gerenciador de Banco de Dados MySQL. SQL, sintaxe, expressões, operadores, modelagem, DER. Redes de computadores e noções de hardware.

Análise de Informações. Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados. Banco de dados relacionais: conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos. Noções de modelagem dimensional: conceito e aplicações. Noções de mineração de dados: conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto. Noções de Big Data: conceito, premissas, infraestrutura, arcabouço tecnológico e aplicação. Visualização e análise exploratória de dados.

ANEXO 2

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição
Cargo	RG	CPF

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público para o quadro do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, requerer a isenção da taxa de inscrição no Concurso Público por (assinale):

<input type="checkbox"/>	Sou doador de sangue. Anexo a comprovação exigida pelas normas do Edital.
--------------------------	--

<input type="checkbox"/>	Sou desempregado ou minha renda mensal não ultrapassa a dois salários mínimos. Anexo a comprovação exigida pelas normas do Edital, de acordo com a da Lei Estadual nº 11.289.
--------------------------	--

Documentação exigida:

Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue:

Documento original ou cópia autenticada de documento que comprove sua condição de doador de sangue, de acordo com os requisitos exigidos na Lei nº. 10.567/97, ou ainda, documento que comprove equiparação de doador de sangue como integrante de Associações de Doadores de Sangue. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data de início das inscrições.

Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição nos termos da Lei Estadual nº 11.289.

Candidato que esteja empregado:

Comprovante de renda do candidato (igual ou inferior a 2 salários mínimos);

Candidato desempregado

Declaração escrita de que se encontra desempregado e fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS (folha de identificação e das folhas em que constarem os contratos de trabalho- mesmo não preenchidas).

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei.

Florianópolis, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do candidato ou representante legal

ANEXO 4

CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

ETAPAS	DATA PROVÁVEL	
	INÍCIO	TÉRMINO
Período de Inscrição	10/8/17	11/9/17
Entrega dos documentos exigidos aos candidatos com deficiência	10/8/17	11/9/17
Período para solicitação de isenção da taxa inscrição	10/8/17	21/8/17
Publicação do deferimento dos Pedidos de Isenção		28/8/17
Prazo recursal	29/8/17	30/8/17
Despachos dos recursos-indeferimento dos Pedidos de Isenção		04/9/17
Homologação das inscrições		15/9/17
Prazo recursal- indeferimento das inscrições	18/9/17	19/9/17
Publicação do despacho aos recursos		21/9/17
Publicação dos locais de prova		22/9/17
Prova Escrita		01/10/17
Divulgação do Gabarito preliminar		01/10/17
Prazo para recursos do gabarito preliminar das questões	02/10/17	03/10/17
Despachos dos recursos e gabarito definitivo das questões		16/10/17
Divulgação do Resultado Final		17/10/17
Prazo recursal- Resultado Final	18/10/17	19/10/17
Despacho dos recursos- Resultado Final		26/10/17
Resultado final após julgamento dos recursos.		27/10/17

AB 2606170408170908170817